

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta Casa uma reflexão que julgo ser da maior importância. O IBGE divulgou recentemente dados preocupantes sobre a realidade de milhões de brasileiros.

Segundo o Instituto, o número de pobres no País aumentou em 2 milhões, entre 2016 e 2017, resultado da grave crise econômica que atravessamos e da falta de investimentos mais robustos em políticas sociais.

Havia 54,8 milhões de brasileiros nessa situação no ano passado, ou 26,5% da população brasileira, segundo o IBGE. Em 2016, os pobres eram 25,7% dos brasileiros.

Para definir a condição de pobreza, o IBGE usa a linha estabelecida pelo Banco Mundial. Segundo o Banco, são considerados pobres aqueles que vivem com até US\$5,50 por dia.

Ainda conforme dados do Instituto, aumentou a quantidade de crianças que vivem em domicílios pobres, passando de 42,9% para 43,4% do total da população com até 14 anos.

Segundo o IBGE, do total de moradores em domicílios em que a pessoa de referência era uma mulher sem cônjuge e com filhos de até 14 anos, 56,9% estavam abaixo da linha da pobreza. Se a responsável pelo domicílio era uma mulher negra, igualmente sem cônjuge e com filhos no mesmo grupo etário, essa incidência subia para 64,4%.

Na avaliação do IBGE, a recessão econômica dos últimos anos, que gerou altas taxas de desemprego, foi o principal fator de aumento da pobreza no Brasil.

Segundo estimativas do Instituto, para erradicar a pobreza no Brasil, seriam necessários recursos da ordem de R\$10,2 bilhões mensais.

De acordo com o IBGE, também cresceu, no País, o número de brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza.

No ano passado, 15,2 milhões de pessoas estavam nessa situação. O recorte considera aqueles que vivem com menos de US\$1,90 por dia, segundo

o parâmetro do Banco Mundial.

Esse contingente aumentou em 1,7 milhão de pessoas de 2016 para 2017, passando a representar 7,4% da população, contra 6,6% no ano anterior.

O Maranhão é o Estado com o maior percentual de pessoas em extrema pobreza (54,1%), ou mais da metade dos moradores, seguido por Alagoas (48,9%). No outro extremo, Santa Catarina (8,5%) e Rio Grande do Sul (13,5%) apresentaram os menores percentuais. Em São Paulo a taxa era de 14,9%.

Recentemente, um relatório apresentado pela ONG Oxfam sobre o Brasil revelou o quanto o nosso País ainda é desigual. Enquanto os mais pobres ficaram numa condição ainda pior, os ricos se tornaram mais ricos entre 2016 e 2017.

De uma média mensal de renda de R\$217,63, em 2016, os 10% mais pobres passaram a R\$198,03 em 2017, uma perda de 9%. Por outro lado, os 10% mais ricos aumentaram sua renda em 2,09%, chegando a R\$9.519,10 ao mês, sendo que, entre esses 10%, 12 milhões ganharam até R\$17,8 mil de renda tributável e 1,2 milhão — o 1% mais rico — tiveram rendimento médio superior a R\$55 mil por mês. Esse valor é 36,3 vezes maior que o dos 50% mais pobres.

De acordo com a Oxfam, pela primeira vez em 15 anos, a redução na desigualdade de renda no Brasil estancou.

Na opinião da ONG, isso se deve a uma combinação de fatores: recessão, aumento do desemprego, crise nas contas públicas e falta de investimentos em políticas voltadas para os mais pobres.

As recomendações da Oxfam para melhorar esse cenário incluem, por exemplo, uma reforma tributária com foco na redistribuição de renda. Para a Oxfam, é preciso reduzir os impostos sobre bens e serviços, que oneram mais o setor produtivo e têm custo maior para as classes média e pobre, e aumentar a tributação sobre renda e patrimônio.

Na visão da Oxfam, a Emenda Constitucional 95, proposta pelo Governo

Temer e aprovada em 2016 para impedir o aumento das despesas públicas acima da inflação por 2 décadas, é uma “medida extrema” que pode dificultar a superação da pobreza e da desigualdade, pois compromete a liberação de recursos para as áreas sociais.

Precisamos reverter esse cenário o mais rapidamente possível, com investimentos em políticas voltadas para os segmentos mais vulneráveis da população e ações capazes de recuperar o crescimento econômico, gerando mais empregos e renda para a população.

Só assim, adotando um modelo de desenvolvimento que alie o crescimento econômico com a distribuição de renda, seremos capazes de superar a grave crise que assola o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.